

Política

MARIA CRISTINA FERNANDES
Orgão



Consumidor vive melhor que trabalhador

O presidente Fernando Henrique Cardoso governou seis anos da década passada e tem, portanto, razões para se orgulhar de dois principais feitos registrados pelos dados preliminares do censo 1991-2000: a redução em 38% da mortalidade infantil e a quase universalização (95%) da escola para crianças entre 7 e 14 anos. Mas sua indignação com o paradoxo entre a elevação do consumo e a má distribuição de renda não tem muito fundamento.

O IBGE não divulgou, nem o fará na apresentação do censo final, o balanço da renda na década. Argumenta-se que a metodologia mudou — passou a ser aferida a renda pessoal e não mais a do domicílio, por exemplo — e não há como comparar com os dados colhidos no início da década. O que se sabe é que hoje mais da metade da população ganha até dois salários mínimos e que apenas 2,6% podem usufruir de uma vida de classe média com renda superior a 20 salários mínimos. O presidente ficou sem saber como é que num país que tem esses salários as casas com carro aumentaram 82%.

O professor da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, explica por que. A renda que caiu foi a do trabalho, mas há outras, não provenientes do salário, que aumentaram. Não há dados fechados da década, mas sabe-se, por exemplo, que no triênio 1996-99, quando o Brasil desvalorizou o real na onda das crises financeiras originadas no sudeste asiático e na Rússia, a renda do trabalho caiu 2,7%. Já a renda não-salarial aumentou 4,7%. Nesta categoria reúnem-se desde a renda de aplicações financeiras até as bolsas criadas pelas políticas compensatórias do governo. Foi precisamente na faixa etária coberta pela bolsa-escola que se chegou ao limiar da universalização do ensino.

Marcelo Neri ainda tem outra explicação para o aparente paradoxo entre a renda e o consumo: "A década das reformas premiou o consumidor e penalizou os trabalhadores". Os anos 90 radicali-

Salvas da maniação e da cartilha, terão emprego?

zaram a abertura da economia que se, por um lado, aumentou a oferta e tornou muitos produtos mais acessíveis ao consumidor, por outro, fechou postos de trabalho na indústria. Tem ainda as privatizações e as políticas de ajuste fiscal de estados e municípios que enxugaram o funcionamento público. O que restou foi submetido a uma política salarial de estagnação. "A pior face da década de 90 é a da renda do trabalho", diz Neri.

Há finalmente a ampliação do crédito como fermento do consumo vistoso medido pelo censo. E aqui se abre mais um fosso entre trabalhador e consumidor promovido pela década das reformas. Tome-se a telefonia, o exemplo mais vistoso da ampliação do consumo dos anos 90. Em 1991, duas em cada dez casas no Brasil tinham telefone. Hoje são quatro. No final do ano passado, o ex-presidente da Anatel declarou à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara que 2,2 milhões de consumidores tiveram o telefone desligado por falta de pagamento. A inadimplência não nega a popularização do serviço de telefonia, mas a ofusca. Em 1990, apenas 8% dos 10,3 milhões de telefones instalados no país não estavam em serviço por falta de pagamento. Em 2000, o número de linhas instaladas havia sido ampliado para 38 milhões, mas 17% delas tinham sido cortadas por inadimplência. A meta de universalização da telefonia esbarrou na lenta evolução da renda do brasileiro e este não é um motivo secundário na crise por que passa o setor.

Além de não pagar a conta de telefone, a substituição do salário por rendas como aposentadoria, seguro-desemprego e as bolsas assistenciais, também não tem sido eficiente na redução das desigualdades regionais. No usufruto de doze bens e serviços recenseados pelo IBGE, a população do Nordeste só não tem os piores índices em três deles (iluminação elétrica, rádio e televisão). Nestes, a Região Norte é a pior servida.

O perfil da desigualdade regional segue inalterado: enquanto os brasileiros com renda de até um salário mínimo não ultrapassam um quarto da população, no Nordeste esta é a renda máxima de 46% das pessoas que trabalham. Basta ver o perfil da ocupação dos trabalhadores, para se ter uma idéia de que não são as políticas compensatórias que vão alterar o quadro. A área financeira é a que absorve o maior número de pessoas no patamar de renda superior a vinte salários mínimos e a agricultura é a ocupação predominante das pessoas com rendimento de até um salário mínimo.

O diretor de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea, Gustavo Maia Gomes, acrescenta que o maior volume dos rendimentos que não são provenientes do trabalho, originam-se dos ganhos de capital. "Como esse capital está concentrado no Centro-Sul, a consequência mais imediata é o aprofundamento desse fosso", diz. O mesmo cenário que alia ganhos de capital e a clientela de políticas compensatórias é o que tem salvado crianças da inanição de do analfabetismo. No censo de 2010, quando estas crianças chegarem ao mercado de trabalho, é que se saberá se terão conseguido emprego.